



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

REQUERIMENTO DE PENSÃO

1. DADOS DO REQUERENTE:

<input type="checkbox"/> Cônjuge <input type="checkbox"/> Companheira (o) <input type="checkbox"/> Filha (o) <input type="checkbox"/> outros					
*Nome:			*Data Nascimento:		
*Endereço:					
*Número:		*Bairro:		*Cidade:	
*CEP:		*UF:		*Tel.1 ()	*Tel.2 ()
*CPF:		*RG:	*Data de expedição:		*Órgão de expedição:
*Título de Eleitor:		*Seção:		*Data Expedição:	
Banco:		Agência:	Número:		Conta:
Cidade:		UF:			
*E-mail:					

*preenchimento obrigatório.

2. DADOS DO(A) EX-SERVIDOR(A):

*Nome:			
*Órgão de origem:		*Matrícula:	*CPF:
*Data do Óbito:		Situação <input type="checkbox"/> ativo <input type="checkbox"/> inativo	

*preenchimento obrigatório.

3. DECLARAÇÕES:

Declaro, para fins de concessão de pensão que:

A) Declaração de PIS/PASEP	
<input type="checkbox"/> possuo PIS/PASEP n°.	<input type="checkbox"/> não possuo PIS/PASEP.
<input type="checkbox"/> o PIS/PASEP do ex-servidor n°.	<input type="checkbox"/> não localizei o PIS/PASEP na documentação do ex-servidor
Art. 299 do Código Penal: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Penal - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.	
B) Declaração de Acúmulo de Pensão:	
<input type="checkbox"/> Não percebo qualquer pensão do Governo Municipal, Estadual e Federal.	
<input type="checkbox"/> Percebo a(s) seguinte(s) pensão(ões) paga(s) pelo Governo Municipal, Estadual e Federal (favor informar o órgão e a natureza no quadro abaixo):	
Órgão/Entidade	Natureza (vitalícia ou Temporária)
Art. 299 do Código Penal: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Penal - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.	
_____	_____/_____/_____
Local	Data
OBS: informamos que os documentos a serem encaminhados deverão ser fornecidos em cópia autenticada por cartório ou confere com original por um servidor(a) do núcleo de recursos humanos.	

Assinatura do Requerente



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO DE FILHA MAIOR SOLTEIRA

1 – IDENTIFICAÇÃO:

*Nome:			
*CPF:			
*RG:	*Órgão de expedição/UF:	*Data de expedição:	
*Endereço:			
*Bairro:	*Cidade	*UF:	*CEP:
*Telefone ()		* e-mail:	

***preenchimento obrigatório.**

2 – ESTADO CIVIL (Marque somente uma das opções):

*Declaro, sob pena prevista no art. 299, do Código Penal Brasileiro, que:

() sou solteira (sem ocorrência de casamento civil, religioso, união estável ou regime de concubinato);
() sou civilmente solteira, mas possuo companheiro;
() sou divorciada/separada/desquitada e passei a assinar meus documentos como solteira a partir de:

3 – CARGO PÚBLICO (Marque somente uma das opções)

*Declaro, sob pena prevista no art. 299, do Código Penal Brasileiro, que:

() sou servidora estatutária vinculada à Administração Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal;
() sou funcionária celetista vinculada à Administração Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal;
() sou aposentada pela Administração Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal;
() sou aposentada somente pelo INSS;
() sou prestadora de serviço (contrato por tempo determinado);
() não sou servidora estatutária ou celetista, não sou aposentada e nem prestadora de serviço.

OBS: Caso se enquadre em uma das cinco alternativas apontadas neste item, solicitamos que seja anexado junto a declaração documentos emitido pelo empregador (contracheque ou comprovante do INSS.

Art. 299 do Código Penal: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: **Pena** - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Local: _____ **Data:** __/__/____

Assinatura

***preenchimento obrigatório.**

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

1- DOCUMENTOS BÁSICOS:

Requerimento de pensão, na condição de “**filha maior solteira**” com fundamento do artigo 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/1958, são os seguintes:

- a) Requerimento de pensão;
- b) Cópia autenticada da Certidão de óbito do servidor;
- c) Cópia autenticada da Carteira de identidade, CPF e título de eleitor do servidor falecido;
- d) Cópia autenticada da Carteira de identidade, CPF e título de eleitor da requerente;
- e) Comprovante de pensão paga pelo INSS pelo óbito do servidor (ou certidão negativa);
- f) Comprovante de conta salário (saldo, extrato ou declaração do banco onde conste o nº da agência e conta);
- g) Comprovante de residência;
- h) Comprovante de rendimento do servidor falecido.
- i) Declaração de PIS/PASEP;
- j) Declaração de não acumulação de benefícios.

2- DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

- a) A 2ª via da Certidão de Nascimento (emitida recentemente em cartório);
 - b) Declaração de filha maior solteira;
 - c) O CNIS (cadastro nacional de informações sociais) do requerente, atualizado (período não superior a 1 ano);
 - d) A declaração de Imposto de Renda (últimos 2 anos);
 - e) Necessário 3 (três) documentos para fins de comprovação de dependência econômica com o servidor falecido:
 - I – comprovante de designação prévia pelo servidor falecido para fins de pensão;
 - II – Qualquer documento de compra e venda (carnê), ou de outros encargos domésticos, em que conste o seu nome juntamente com o do servidor falecido;
 - III – Declaração do Imposto de Renda do segurado, em que o requerente conste como dependente;
 - IV – Prova do mesmo domicílio;
 - V – Procuração ou fiança reciprocamente outorgada;
 - VI – Ficha de assistência médica da qual conste o segurado como responsável;
 - VII – Registro em associação de qualquer natureza onde conste o interessado como dependente do segurado;
 - VIII – Justificação Judicial fundamentada em provas materiais;
 - IX – quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a ser comprovado.
- Parágrafo único. O auxílio financeiro ou quaisquer outros meios de subsistência material custeada pelo instituidor não constitui meio de comprovação de dependência econômica.**
- OBS: os documentos a serem encaminhados deverão ser fornecidos em cópia autenticada por cartório ou confere com original por um representante do núcleo.**

FUNDAMENTO LEGAL:

Lei 3.373, de 12 de março de 1958:

“Art 5º Para os efeitos do artigo anterior, considera-se família do segurado:

I - Para percepção de pensão vitalícia:

- a) a esposa, exceto a desquitada que não receba pensão de alimentos;
- b) o marido inválido;
- c) a mãe viúva ou sob dependência econômica preponderante do funcionário, ou pai inválido no caso de ser o segurado solteiro ou viúvo;

II - Para a percepção de pensões temporárias:

- a) o filho de qualquer condição, ou enteado, até a idade de 21 (vinte e um) anos, ou, se inválido, enquanto durar a invalidez;
- b) o irmão, órfão de pai e sem padrasto, até a idade de 21 (vinte e um) anos, ou, se inválido enquanto durar a invalidez, no caso de ser o segurado solteiro ou viúvo, sem filhos nem enteados.

Parágrafo único. A filha solteira, maior de 21 (vinte e um) anos, só perderá a pensão temporária quando ocupante de cargo público permanente”.